



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL N.º 01/2019

Teste seletivo para ingresso ao quadro de estagiários de graduação em Direito do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Promotor de Justiça, Dr. ANTONIO JULIANO SOUZA ALBANEZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo SEI 19.19.0743.0021038/2019-93, resolve:

TORNAR PÚBLICO

o presente edital que estabelece as instruções destinadas à seleção e admissão de estagiários para atuarem junto ao Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado – GAECO de Ponta Grossa

1 – **Dos requisitos:** poderão se inscrever os acadêmicos do curso de Direito devidamente matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre.

2 – **Das vagas a serem preenchidas:** o candidato selecionado **ocupará 1 (uma) vaga existente junto ao Núcleo Regional do GAECO de Ponta Grossa**, no período vespertino, **vaga remunerada nº 1886**. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventuais vagas que venham surgir. O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio de R\$ 1.056,80 (mil e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), mais auxílio transporte no valor de R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais), totalizando o valor de R\$ 1.254,80 (mil reais e duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), para estagiar de segunda a sexta-feira por 4 horas/dia, no período das 13 horas às 17 horas.

3 – **Do programa:**

a) Direito Constitucional:

- Princípios Fundamentais
- Direitos e Garantias Fundamentais
- Ministério Público na Constituição da República de 1988
- Da Segurança Pública

b) Direito Penal:

- Teoria do delito e da pena
- Princípios que regem o Direito Penal Brasileiro
- Causas de extinção da punibilidade
- Crimes contra a pessoa
- Crimes contra o patrimônio
- Crimes contra a fé pública
- Crimes contra a administração pública
- Lei de crimes hediondos (Lei 8.072/1990)
- Lei de drogas (Lei 11.343/2006)
- Estatuto do desarmamento (Lei 10.826/2003)



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

- Interceptação Telefônica (Lei 9.296/1996)
- Organização Criminosa (Lei 12.850/2013)
- Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98)
- Crimes da Lei de Licitações (Lei 8.666/93)

c) Direito Processual Penal:

- Princípios Constitucionais do Processo Penal
- Inquérito Policial
- Ação Penal
- Denúncia e queixa-crime
- Arquivamento do inquérito policial
- Provas
- Prisão Cautelar
- Liberdade Provisória
- Recursos em geral

d) Língua Portuguesa:

- Ortografia
- Gramática
- Concordância verbal
- Concordância nominal
- Redação lógica e argumentação

4 – **Das inscrições:** serão realizadas no período de **28/10/2019 a 25/11/2019**, na Sede do Ministério Público desta Comarca de Ponta Grossa/PR, localizada na Rua Ermelino de Leão, nº 1358, **das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min**, através do preenchimento de formulário padrão fornecido no local. Para mais informações ligar para (42) 3222-3939 (César).

5 – **Da documentação necessária:** o candidato deverá anexar no momento da inscrição os seguintes documentos:

- 1 (uma) foto 3x4;
- Fotocópias da cédula de identidade e do CPF;
- Ficha de inscrição preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial;

6 – **Do teste seletivo:** será composto de duas etapas, a primeira consistente em prova escrita e a segunda em entrevista pessoal. O não comparecimento do candidato em qualquer uma delas implicará na desclassificação do teste seletivo.

7 – **Da etapa escrita:** a **prova escrita será aplicada no dia 27/11/2019**, na sede do Ministério Público do Estado do Paraná em Ponta Grossa, localizada na Rua Ermelino de Leão, nº 1358, Olarias, Ponta Grossa/PR, **com início às 13h30min e com duração de 03 (três) horas**, sendo que o não comparecimento do candidato no horário acima especificado implicará na sua desclassificação do teste seletivo.

Em caso de número expressivo de candidatos, que torne inviável a realização da prova no local supracitado, será divulgado, oportunamente, novo local para realização da prova.

8 – **Do resultado preliminar:** serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete), desde que preenchidos os requisitos deste Edital e estejam em conformidade com os



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

dispositivos da Resolução nº 4171/2016 da Procuradoria-Geral de Justiça, e o resultado **será divulgado em edital afixado na sede do Ministério Público até o dia 04/12/2019.**

Após a publicação do Edital de Classificação do teste seletivo, os candidatos classificados deverão apresentar certidão de matrícula em um dos três últimos anos ou semestres equivalentes do curso de bacharelado em Direito, reconhecidas ou autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação.

9 – **Da entrevista pessoal:** será realizada na sede do GAECO de Ponta Grossa, **no dia 09/12/2019, a partir das 09h00min.**, ocasião em que será avaliada a aptidão do candidato para as finalidades do estágio, podendo ser atribuída nota de zero a dez. Por ocasião da entrevista, o candidato deverá trazer pequeno curriculum.

10 – **Do resultado final:** serão classificados os candidatos que, após as duas etapas, atingirem a nota mínima 7,0 (sete), obtida através de média aritmética simples, desde que preencham todos os requisitos constantes deste Edital e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução 4171/2016, da PGJ, cujo resultado será divulgado em edital afixado na sede do Ministério Público a partir do dia 11/12/2019.

A admissão do(s) candidato(s) aprovado(s) dependerá de existência de CONVÊNIO VIGENTE entre a Instituição de Ensino e o MPPR, conforme §2º do art. 1º da Resolução nº 4171/2016, bem como da conveniência ao Ministério Público do Estado do Paraná. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Ponta Grossa, 23 de outubro de 2019.

Antonio Juliano Souza Albanez
Promotor de Justiça
Coordenador do Núcleo Regional de Ponta Grossa